

ASPECTOS GERAIS

Direitos consagrados em um determinado momento histórico (positivados)

DIREITOS DO HOMEM

Direitos Naturais
(válidos em todos os tempo)

DIREITOS FUNDAMENTAIS

Direitos positivados em tratados internacionais

DIREITOS HUMANOS

- As **garantias** são formas de proteção dos direitos fundamentais (também são direitos!)

GERAÇÕES

(ou dimensões)

1ª GERAÇÃO

- Restringem a atuação estatal (= liberdades negativas)
- Valor fonte → **liberdade**
- São eles: direitos { Cíveis e Políticos

2ª GERAÇÃO

- Prestações positivas do estado (= liberdades positivas)
- Valor fonte → **igualdade**
- São eles: direitos { Econômicos, Sociais, Culturais

3ª GERAÇÃO

- São os direitos difusos e coletivos
- Valor fonte → solidariedade, **fraternidade**
- Exemplos: direito ao meio ambiente equilibrado e direito ao desenvolvimento



ATENÇÃO!

Lembre-se do lema da Revolução Francesa: "**liberdade, igualdade e fraternidade!**"

DIREITOS FUNDAMENTAIS

EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

- Eficácia:

1. VERTICAL:

- Relação estado ↔ cidadãos

2. HORIZONTAL:

- Relação cidadãos ↔ cidadãos = efeitos externos
- Brasil = teoria da eficácia direta e imediata

CARACTERÍSTICAS

- 1. UNIVERSALIDADE**
 - O núcleo mínimo é outorgado a todas as pessoas
 - Alguns são restritos a um grupo (ex.: direitos dos trabalhadores)
- 2. HISTORICIDADE**
 - São conquistas progressivas
 - Mutáveis e sujeitos a ampliações
- 3. INDIVISIBILIDADE**
 - Não são considerados isoladamente
 - Integram um conjunto único e indivisível
- 4. INALIENABILIDADE**
 - São intransferíveis e inegociáveis
 - Não podem ter conteúdo econômico-patrimonial
- 5. IMPRESCRITIBILIDADE**
 - Não se perdem com o tempo
 - São sempre exigíveis
- 6. IRRENUNCIABILIDADE**
 - Seu titular não pode deles dispor (mas pode deixar de exercê-los)
 - Em algumas situações, é possível sua autolimitação voluntária

DIREITOS FUNDAMENTAIS

CARACTERÍSTICAS

- 7. RELATIVIDADE OU LIMITABILIDADE**
 - Não são absolutos
 - São relativos e limitáveis por outros direitos fundamentais (no caso concreto)
 - Há uma concordância prática ou harmonização → nenhum é totalmente sacrificado!
- 8. COMPLEMENTARIDADE**
 - Os direitos se complementam e devem ser interpretados conjuntamente
- 9. CONCORRÊNCIA**
 - Podem ser exercidos cumulativamente (ao mesmo tempo)
- 10. EFETIVIDADE**
 - O poder público tem a missão de concretizar os direitos
- 11. PROIBIÇÃO DO RETROCESSO**
 - Os direitos não podem ser suprimidos ou enfraquecidos (limita o legislador)

- Dimensão **objetiva**: Os direitos fundamentais têm alta carga valorativa → sua eficácia se irradia para todo o ordenamento jurídico
- Dimensão **subjética**: São direitos exigíveis do estado

DIREITOS FUNDAMENTAIS

LIMITES

- Os direitos são limitados por outros direitos fundamentais
- A lei pode limitá-los, mas há um **núcleo essencial** inviolável e que deve ser protegido (= teoria dos "limites dos limites")
 ↳ definido pelo legislador conforme o princípio da proporcionalidade
- Um direito fundamental não pode salvar práticas ilícitas
- Também podem ser limitados em situações de **crises institucionais** (estado de defesa, estado de sítio...)

TEORIAS

1. Teoria Interna (absoluta)
 - Os limites dos direitos lhes são iminentes/ intrínsecos
 ↳ Não são limitados por fatores externos.
2. Teoria Externa (relativa)
 - A diferença dos limites é um processo externo
 ↳ Depende do caso concreto

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CF/88

CATEGORIAS

1. Direitos e deveres individuais e coletivos
2. Direitos sociais
3. Direitos de nacionalidade
4. Direitos políticos
5. Direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos

ART 5º



"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza"

Garantindo-se a { brasileiros
estrangeiros
residentes no Brasil

A inviolabilidade do direito à { vida
liberdade
igualdade
segurança
propriedade

DIREITO À VIDA

- Abrange a vida **intrauterina** (proibição do aborto)
STF: é permitida a interrupção da gravidez de feto **anencéfalo**
- Não ofende o direito à vida e à dignidade a **pesquisa com células tronco** embrionárias de embriões produzidos por fertilização *in vitro*
- Nem o direito à vida é absoluto!
É **admitida a pena de morte** em caso de guerra declarada

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

"Ninguém será obrigado a { fazer
deixar de fazer
alguma coisa senão em virtude de lei"
Sentido amplo

≠ reserva legal → exige lei em sentido estrito

PRINCÍPIO DA IGUALDADE

- Homens e mulheres são **iguais**:
 - Na lei** → ao legislador
 - Perante a lei** → aos intérpretes/administradores

Pode haver tratamento desigual entre pessoas em situações diferentes
Ex.: reserva de vagas em universidade para negros e índios (ações afirmativas)
(= **igualdade material**)

STF:

- É admitida a política de cotas raciais em **concursos públicos**
Sua aferição pode ser por critério de:
 - Autodeclararão
 - Heteroidentificação

PRINCÍPIO DE EXPRESSÃO

- É **livre** a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
 - = liberdade de expressão (é **legal** a participação em eventos e manifestações a favor da legalização de drogas, aborto, etc.)
 - + vedação ao anonimato (STF **veda** o acolhimento de denúncias anônimas)
- Não protege o discurso de ódio!

DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITOS IMPORTANTES

- Ninguém será submetido a
 - Tortura
 - Tratamento desumano ou degradante
 - É assegurado o direito de **resposta**
 - Material
 - Moral ou à imagem
 - (cumuláveis!)
- Proportional ao agravo

LIBERDADE RELIGIOSA

- Liberdade de consciência e crenças
- Livre exercício dos cultos
 - é assegurada a prestação de **assistência religiosa** nas entidades civis ou militares de **internação coletiva**
- Brasil é um estado laico!

DIREITOS FUNDAMENTAIS

VEDAÇÃO À CENSURA

- É livre a expressão de atividade
 - Artística
 - Intelectual
 - Científica
 - De comunicação
- independentemente de
 - Censura
 - Licença

ESCUSA DE CONSCIÊNCIA

- Ninguém será privado de direitos por motivos de
 - crença religiosa
 - convicção filosófica ou política
- DECORE!**
- Salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir a prestação alternativa, **fixada em lei**
- É norma de eficácia **contida**

SIGILO BANCÁRIO

- Garantia de privacidade dos dados bancários
- Pode ser quebrado por:

1. Poder judiciário
2. CPI'S federais e estaduais
3. Autoridades fiscais

Desde que:

- Haja { processo administrativo instaurado
procedimento fiscal em curso
- Informações consideradas indispensáveis

4. MP → Contas de titularidade de ente público ou procedimento administrativo para defesa de patrimônio público (excepcional)



IMPORTANTE!

O **TCU** pode requisitar às instituições financeiras informações sobre operações de crédito originárias de recursos públicos.

INTIMIDADE

- São invioláveis:
 1. Intimidade
 2. A vida privada
 3. A honra
 4. A imagem
- Assegurada a indenização por dano { Material ou Moral

ENTENDIMENTOS IMPORTANTES (STF)

- Não é necessário ofensa à reputação para haver dano moral
(ex.: cabe dano moral pela dor da perda de um familiar)
- São permitidas as **biografia não autorizadas**
(não exclui possibilidade de indenização por dano material/moral se couber)

DIREITOS FUNDAMENTAIS

SIGILO DA CORRESPONDÊNCIA

(e das comunicações **telegráficas**, de **dados** e comunicações **telefônicas**)

- São invioláveis, salvo por **ordem judicial**, para fins de
 - Investigação criminal ou
 - Instrução processual penal
- Nas hipóteses e formas da lei

→ Não pode ser utilizado para acobertar ilícitos!

Intercepção telefônica:

Captação da conversa por terceiro **sem** conhecimento dos interlocutores

Escuta telefônica:

Captação da conversa por terceiro com conhecimento de um dos interlocutores

Gravação telefônica:

Captação da conversa por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro



ATENÇÃO!

DIREITOS FUNDAMENTAIS

INVIOLABILIDADE DOMICILIAR

"A **casa** é asilo inviolável"

- Sentido amplo: (STF)
- Qualquer compartimento habitado
 - Qualquer aposento ocupado de habitação coletiva (ex.: quarto de hotel)
 - Qualquer compartimento privado para exercício de profissão/atividade pessoal (ex.: escritório de advocacia, atelier...)

- Não pode ser invocada para acobertar atos ilícitos

STF: é válida ordem judicial para ingresso de autoridade policial em estabelecimento profissional para a instalação de escutas (inclusive à noite!)

- O ingresso na "casa" do indivíduo é **permitido** nas seguintes situações:

1. Consentimento do morador

2. Sem o consentimento do morador:

- Sob ordem judicial → somente durante o dia

- Em caso de {
 - Flagrante delito
 - Desastre ou
 - Prestar socorro

A qualquer hora

Mas é permitido que as atividades se prolonguem no período noturno

LIBERDADE DE ATIVIDADE PROFISSIONAL

- É livre o exercício de qualquer

Trabalho
Ofício
Profissão

Atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer
(= norma de eficácia contida)

ENTENDIMENTOS IMPORTANTES (STF):

- É **inconstitucional** a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista
- É **inadmissível** a exigência de fiança para a impressão de notas fiscais pelo contribuinte em débito com a fazenda

DIREITO DE REUNIÃO

- Condições:
 1. Pacificamente
 2. Sem armas
 3. Locais abertos ao público
 4. Não frustrem outra reunião previamente convocada
 5. Prévio aviso à autoridade (independentemente de autorização)

STF: o aviso prévio é satisfeito com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que o seu exercício seja pacífico e não frustre outra reunião



Protegido por **mandado de segurança**, não por *habeas corpus*!

direitos

FUNDAMENTAIS

ASSOCIAÇÕES

- Três requisitos:
 1. Pluralidade de pessoas (com um fim determinado)
 2. Estabilidade
 3. Ato de vontade
- Independe de autorização → Vedada a interferência estatal em seu funcionamento
- Independe de aquisição de personalidade jurídica
- Vedadas as de caráter paramilitar

Dissolução → Sentença judicial transitada em julgado

Suspensão → Decisão judicial (nunca administrativa!)

- Ninguém será obrigado a filiar-se ou permanecer afiliado
- As associações podem representar

seus filiados

Judicial ou
Extrajudicialmente

Quando expressamente autorizadas

DIREITOS IMPORTANTES

- Assegurado a todos o direito à informação, resguardado o **sigilo da fonte**, se necessário ao exercício profissional
- Sucessão de bens de estrangeiros no país: regulada pela lei que seja mais benéfica ao cônjuge/filhos

DIREITO DE PROPRIEDADE

- A propriedade deve atender a sua **função social**
 - Desapropriação por { necessidade pública
utilidade pública
interesse social
- Mediante **justa** e **prévia** indenização em **dinheiro**

SALVO CASOS NA CF/88:

TIPO DE DESAPROPRIAÇÃO	ENTE RESPONSÁVEL	INDENIZAÇÃO
Para reforma agrária	União	Títulos da dívida agrária resgatáveis em até 20 anos
Imóvel urbano não edificado não cumprindo a função social	Município	Títulos da dívida pública resgatáveis em até 10 anos
Desapropriação confiscatória		Não há!

Se houver cultura de plantas psicotrópicas ou trabalho escravo

ATENÇÃO!
Benfeitoras úteis e necessárias: em dinheiro!

DIREITOS FUNDAMENTAIS

REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA

- Uso de propriedade particular
- No caso de iminente perigo público
- Indenização **posterior**
se houver **dano**
- O particular é obrigado a ceder

IMPENHORABILIDADE

- **Pequena** propriedade rural
- Trabalhada pela **família**
- Para pagamento de débitos decorrentes da **atividade produtiva**
para débitos de outras origens, pode!

IRRETROATIVIDADE DAS LEIS

- A lei não prejudicará (irretroatividade das leis)
 - direito adquirido
 - ato jurídico perfeito
 - coisa julgada
 Não é invocável pela entidade que a editou
- Não cabe invocar direito adquirido:
 - Normas constitucionais originárias
 - Mudança do padrão da moeda
 - Criação ou aumento de tributos
 - Mudança de regime estatutário

DIREITO À INFORMAÇÃO

- Todos** têm direito a receber dos (pessoas físicas ou jurídicas) órgãos públicos informações de seu interesse
 - particular
 - coletivo
 - geral
 prestados no prazo da lei
- Sob pena de responsabilidade
- Salvo** informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado
- Remédio constitucional = mandado de segurança

DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITO DE PETIÇÃO

- Independe do pagamento de taxas
 - Direito de petição → Em defesa de direitos ou contra
 - ilegalidade ou
 - abuso de poder
 - Obtenção de certidões → para defesa de direitos ou esclarecimento de situações de interesse pessoal
- Remédio constitucional = mandado de segurança



PEGADINHA!

Quando o cidadão solicita a certidão, ele já tem a informação **não cabe habeas data!**

TRIBUNAL DO JURI

- Assegurados:
 - Plenitude de defesa
 - Sigilo das votações
 - Soberania dos vereditos
 - Competência para julgamento dos crimes **dolosos contra a vida**

SÚMULA VINCULANTE Nº 45

"a competência constitucional do tribunal do júri **prevalece** sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual"


PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

- Não há **crime** sem **lei** anterior que o defina
- Não há **pena** sem prévia cominação **legal**
- Em ambos: lei em **sentido estrito**
(= irretroatividade da lei penal)

INTRANSMISSIBILIDADE DAS PENAS

- "nenhuma pena passará da pessoa do condenado"
- A obrigação de reparar o dano e decretação de perdimento de bens podem ser **estendidas aos sucessores**
até o limite do patrimônio transferido


INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO

- A **lei** não excluirá da apreciação do **judiciário** { lesão a direito ameaça
- Casos de **jurisdição condicionada**:  DECORE!

1. **Habeas data**
 - deve haver prévia negativa da administração
2. **Controvérsias desportivas**
 - após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva
3. **Reclamação contra descumprimento de súmula vinculante pela adm. pública**
 - após esgotarem-se as vias administrativas
4. **Requerimento judicial de benefício previdenciário**
 - após prévio requerimento administrativo

DIREITOS FUNDAMENTAIS

NÃO HAVERÁ PENAS

1. de morte, **salvo em caso de guerra declarada**  CAI MUITO!
2. de caráter perpétuo
3. de trabalho forçado
4. de banimento
5. cruéis

NOVIDADE!

O pacote anticrime aumentou para 40 anos a pena máxima no Brasil

DIREITOS IMPORTANTES



- "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o **devido processo legal**"
- "aos litigantes em processo judicial e administrativo e aos acusados em geral são assegurados contraditório e ampla defesa"
- "é admitida **ação privada** nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal"

SÚMULA VINCULANTE Nº 5:

"a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição"

SÚMULA VINCULANTE Nº 21:

"é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévio de dinheiros ou bens para admissibilidade de recurso administrativo"

DIREITOS FUNDAMENTAIS

MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

Punível com pena de reclusão	INAFIANÇÁVEL	IMPRESCRITÍVEL	INSUSCETÍVEL DE GRAÇA OU ANISTIA
Racismo	X	X	
Tráfico, terrorismo e tortura e crimes hediondos	X		X
Grupos armados contra ordem constitucional e estado democrático	X	X	

para lembrar:
3T+H não têm graça


EXTRADIÇÃO

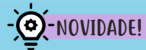
- Nenhum brasileiro **nato** poderá ser extraditado
mas pode perder sua nacionalidade pela aquisição voluntária de outra nacionalidade
- O brasileiro **naturalizado** poderá ser extraditado em caso de:
 - Crime comum antes da naturalização
 - Tráfico de drogas a qualquer tempo
- Não será extraditado o estrangeira por crime
 - Político
 - De opinião

ETAPAS DA EXTRADIÇÃO PASSIVA:

- Etapa administrativa (poder executivo) = solicitação administrativa
Fundamento:
 - Tratado bilateral ou
 - Promessa de reciprocidade
- Etapa judiciária (STF)
 - Análise da legalidade e procedência do pedido
 - Deve haver processo penal ou investigação criminal + dupla tipicidade + respeito aos direitos humanos
- Etapa administrativa (poder executivo)
 - Decisão do presidente (discricionária) = **ato político**

DIREITOS IMPORTANTES

- “ninguém será considerado **culpado** até o **trânsito em julgado** de sentença penal condenatória” 



STF: a execução provisória da sentença penal condenatória revela-se frontalmente incompatível com o direito fundamental do réu de ser presumido inocente até que sobrevenha o trânsito em julgado de sua condenação criminal.

- É possível a **prisão**:
 1. Flagrante delito
 2. Ordem de juiz { escrita fundamentada
 (Salvo transgressão militar ou crime propriamente militar)

DIREITOS FUNDAMENTAIS

PRISÃO POR DÍVIDA

- Possível para (somente!!) {
 - Responsável pelo **inadimplemento** voluntário e inescusável de **obrigação alimentícia**

- Depositário infiel

SÚMULA VINCULANTE Nº 25

“É ilícita a prisão por dívida do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade”

PROVAS ILÍCITAS

- São **inadmissíveis** as **provas** obtidas por meios ilícitos
 - Nos processos { Administrativos Judiciais
- Devem ser **expurgadas**, mas não invalidam todo o processo!

TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA

- A prova ilícita contamina todas aquelas que dela derivam (= ilicitude por derivação)



CAI MUITO!

STF:  CAI MUITO!

- São **ilícitas** as provas obtidas por:
 - Interceptação telefônica {
 - Sem autorização judicial
 - Determinada apenas a partir de denúncia anônima
 - “interrogatório sub-reptício” (conversa informal com policial)
 - Confissão durante prisão ilegal
- São **lícitas** as provas obtidas por:
 - Gravação telefônica por um dos interlocutores se houver investida criminosa
 - Gravação telefônica por um dos interlocutores se ausente causa legal de sigilo ou reserva
 - Gravação ambiental por um dos interlocutores